

O CASO BRUNO PEREIRA E DOM PHILIPS: VOZES SILENCIADAS NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

THE BRUNO PEREIRA AND DOM PHILLIPS CASE: SILENCED VOICES IN BRAZILIAN TELEVISION NEWS

EL CASO BRUNO PEREIRA Y DOM PHILLIPS: VOCES SILENCIADAS EN EL TELEPERIODISMO BRASILEÑO

Renatha Giordani¹

renathagiordani@gmail.com

Carlos Locatelli²

locatelli.jor@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa analisa a cobertura do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips na Amazônia, em 2022, nos telejornais *Repórter Brasil* (EBC) e *Jornal Nacional* (Globo). As reportagens, produzidas entre os dias 16 e 22 de junho, foram examinadas com o objetivo de compreender quais vozes operam no processo de construção de sentidos dos telejornais. A investigação adota a metodologia da semiótica discursiva aplicada ao telejornalismo, com foco específico na análise das falas do então presidente Jair Bolsonaro, de modo a identificar como suas declarações influenciam a representação dos direitos humanos e a responsabilização estatal no caso. A análise revelou discrepâncias na cobertura e o impacto do alinhamento político das emissoras: a EBC minimiza o crime, deslegitima e ignora as vítimas, enquanto a Globo se destaca por uma cobertura extensa, humanização das vítimas e críticas ao governo. Nas falas de Bolsonaro, observa-se a deslegitimação das vítimas, por meio de declarações polêmicas que as culpabilizam e silenciam o debate sobre direitos humanos. A Globo cumpre um papel de relevância ao expor o crime, apresentar fontes e contestar as falas oficiais, enquanto a EBC se distancia de sua missão pública ao minimizar o crime e alinhar-se com o discurso governamental. A cobertura do caso evidencia o papel da mídia na construção de sentidos e na disputa de narrativas.

Palavras-chave: Telejornalismo, Direitos Humanos, Semiótica Discursiva, Globo, EBC.

¹ Jornalista, Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Integrante dos grupos de pesquisa: Jornalismo, Cultura e Sociedade (PPGJOR/UFSC), Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP/UFRGS) e Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC).

² Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador associado ao Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP/UFRGS) e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

ABSTRACT

This research analyzes the coverage of the murder of Bruno Pereira and Dom Phillips in the Amazon, in 2022, by the news programs *Repórter Brasil* (EBC) and *Jornal Nacional* (Globo). The reports, produced between June 16 and 22, were examined to understand which voices operate in the meaning-making process of television news. The study adopts the methodology of discursive semiotics applied to television journalism, with a specific focus on analyzing the statements of then-President Jair Bolsonaro, in order to identify how his discourse influences the representation of human rights and state accountability in this case. The analysis revealed discrepancies in coverage and the impact of each broadcaster's political alignment: EBC minimizes the crime, delegitimizes and ignores the victims, while Globo stands out for its extensive coverage, humanization of the victims, and criticism of the government. In Bolsonaro's speeches, there is a clear delegitimization of the victims through controversial statements that blame them and silence the discussion on human rights. Globo plays a relevant role by exposing the crime, presenting diverse sources, and contesting official statements, while EBC distances itself from its public mission by minimizing the crime and aligning with the government's discourse. The coverage of the case reveals the role of the media in constructing meaning and disputing narratives.

Key words: Television Journalism, Human Rights, Discursive Semiotics, Globo, EBC.

RESUMEN

La presente investigación analiza la cobertura del asesinato de Bruno Pereira y Dom Phillips en la Amazonía, en 2022, en los noticieros *Repórter Brasil* (EBC) y *Jornal Nacional* (Globo). Los reportajes, producidos entre el 16 y el 22 de junio, fueron examinados con el objetivo de comprender qué voces operan en el proceso de construcción de sentidos de los noticieros. El estudio adopta la metodología de la semiótica discursiva aplicada al teleperiodismo, con un enfoque específico en el análisis de las declaraciones del entonces presidente Jair Bolsonaro, a fin de identificar cómo su discurso influye en la representación de los derechos humanos y en la responsabilización del Estado en este caso. El análisis reveló discrepancias en la cobertura y el impacto del alineamiento político de las emisoras: EBC minimiza el crimen, deslegitima e ignora a las víctimas, mientras que Globo se destaca por una cobertura amplia, la humanización de las víctimas y las críticas al gobierno. En las declaraciones de Bolsonaro se observa una deslegitimación de las víctimas mediante afirmaciones polémicas que las culpabilizan y silencian el debate sobre los derechos humanos. Globo cumple un papel relevante al exponer el crimen, presentar diversas fuentes y cuestionar los discursos oficiales, mientras que EBC se aleja de su misión pública al minimizar el crimen y alinearse con el discurso gubernamental. La cobertura del caso evidencia el papel de los medios en la construcción de sentidos y en la disputa de narrativas.

Palabras clave: Teleperiodismo, Derechos Humanos, Semiótica Discursiva, Globo, EBC.

1. INTRODUÇÃO

O dia 5 de junho de 2022 é a data que marcou o calendário do Brasil como um país intolerante para os defensores dos direitos humanos e da própria democracia. Em meio ao início de uma corrida eleitoral polarizada, e repleta de embates entre dois extremos políticos, um jornalista internacional e um ativista e indigenista iniciam uma viagem ao coração da Amazônia para registrar a vivência dos povos nativos. Alguns dias depois vem a primeira notícia do desaparecimento de Bruno Pereira e Dom Phillips. Dez dias de busca e a notícia já esperada: ambos foram assassinados.

Este é o ponto de partida para o desenvolvimento deste artigo. Com a repercussão do caso, o telejornalismo brasileiro teve papel fundamental na discussão sobre a proteção aos direitos humanos no Brasil, a partir da cobertura midiática do caso Bruno Pereira e Dom Phillips houve reverberações que colocaram o Brasil como um país nocivo e violento para os defensores dos direitos humanos no mundo.

Na primeira parte deste artigo será abordada a conceituação teórica de jornalismo e direitos humanos seguida da discussão sobre a constituição das vozes na cobertura midiática do acontecimento. Essa discussão estará amparada por uma leitura semiótica do telejornalismo brasileiro, proposta pela professora Cárlica Emerim e o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele/UFSC/CNPq).

Para isso, a pesquisa levantou as reportagens produzidas pelos telejornais: Repórter Brasil (EBC) e Jornal Nacional (Globo). A coleta foi realizada entre 6 de junho, um dia após o desaparecimento, e 22 de junho, último dia de cobertura intensa da mídia. Com o objetivo de entender quais vozes operam no processo de sentidos dos telejornais, o Repórter Brasil e o Jornal Nacional foram escolhidos para dar profundidade ao debate, em especial, quando as reportagens apresentam sonoras do presidente Jair Bolsonaro.

Para entender os sentidos produzidos na relação dos direitos humanos na cobertura jornalística, este trabalho busca evidenciar três pontos de análise: 1) Voz das pessoas, ou seja, os testemunhos dos indivíduos; 2) Cobertura dos veículos: como é dada visibilidade aos fatos e a 3) Fala do presidente para entender de que forma Bolsonaro dimensiona a importância deste acontecimento para o âmbito político dos

direitos humanos. Para isso, é necessário entender como o caso aconteceu e quais suas implicações.

Evidenciou-se durante o processo de investigação que as falas do Presidente Bolsonaro criaram sentidos diferentes do que se espera ao tratar-se de temas relacionados aos direitos humanos, as distorções da abordagem e à responsabilidade do Estado. Por isso, o foco da investigação está ancorado no aspecto 3: reportagens em que Jair Bolsonaro se pronuncia, quais sentidos ele produz e porquê de suas falas.

1.1 O CASO BRUNO PEREIRA E DOM PHILLIPS

A saga de Bruno Pereira e Dom Phillips começa muito antes de seus desaparecimentos na Amazônia. Amigos de longa data, Bruno e Dom eram figuras conhecidas na região por já atuarem com trabalho em prol dos povos indígenas há muitos anos. Um brasileiro e um britânico que viram as suas vidas se cruzarem em torno de uma paixão: a proteção da Amazônia e dos povos indígenas.

Bruno Pereira, 41 anos, era funcionário concursado da FUNAI desde 2010. Nos últimos anos, havia mapeado a movimentação de invasores, ajudado a interceptar barcos com pesca ilegal, investigado e denunciado o tráfico e o garimpo ilegal.. Contudo, o trabalho de sucesso na Amazônia custou o cargo de Bruno. Em outubro de 2019, ele foi exonerado do cargo e passou a trabalhar em Brasília. Incomodado com o trabalho burocrático, Bruno pediu licença sem vencimentos, voltou para a região do Vale do Javari e continuou seu trabalho na proteção da população indígena como assessor da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA. Bruno continuou defendendo a expulsão dos invasores e chegou a receber ameaças diversas vezes.

Dom Phillips, 57 anos, era um jornalista britânico renomado internacionalmente. Engajado nas causas da Amazônia, principalmente se tratando de desmatamento e proteção indígena. Desde 2007 ele morava no Brasil e produzia reportagens para jornais internacionais de grande abrangência, entre eles o *The Guardian*, *Financial Times*, *New York Times*, *Bloomberg* e *Washington Post*. Em 2021, Dom recebeu uma bolsa da Fundação Alicia Patterson, dos Estados Unidos, para investigar modelos de preservação para conservação da Amazônia. A partir desse projeto iniciou seu trabalho no livro

"Como salvar a Amazônia", obra que já contava com os primeiros capítulos em andamento e seria concluída após a viagem de Dom e Bruno.

O livro era o motivo da viagem de Dom e Bruno para a Amazônia. O indigenista brasileiro e o jornalista inglês se encontram na cidade de Atalaia do Norte (AM), na região da terra indígena Vale do Javari, perto da fronteira com o Peru, no dia 1 de junho. A região é conhecida pelas comuns invasões de terras feitas por madeireiros, garimpeiros e narcotraficantes. Bruno Pereira já estava em Atalaia do Norte semanas antes de Dom, o objetivo do indigenista era fazer reuniões com cinco aldeias e incluí-las na presença do jornalista.

No dia 3 de junho Bruno e Dom vão a um posto de vigilância indígena próximo a uma localidade chamada Lago do Jaburu. Com as entrevistas concluídas, Bruno e Dom decidem subir o Rio Itaguaí, no caminho de volta para Atalaia do Norte. De acordo com as investigações, o indigenista e o jornalista fizeram uma parada na comunidade ribeirinha São Rafael, às 6 horas da manhã, lá eles deveriam falar com o líder indígena, como ele não estava no local, resolveram seguir viagem com destino à Atalaia do Norte. Essa foi a última vez que a dupla foi vista.

A viagem de volta é de aproximadamente 72 quilômetros e deveria durar cerca de 2 horas de barco. De acordo com Orlando de Moraes Ponzuelo, Coordenador da União das Organizações Indígenas do Vale do Javari, o jornalista e o indigenista deveriam chegar naquele domingo às 8h da manhã em um ponto de encontro para seguir viagem de volta. Ponzuelo foi o primeiro a dar queixa do desaparecimento. No mesmo dia, duas equipes da Univaja fizeram duas expedições de buscas.

Começava assim uma jornada de 11 dias para descobrir o que aconteceu com Bruno e Dom. Após a divulgação da Univaja, o Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI) entrou em ação. No dia 6 de Junho, a Polícia Federal e o Ministério Público também iniciaram o processo de investigação, com apoio de equipes do exército, da marinha e da FUNAI.

No dia 8 de junho, Amarildo da Costa de Oliveira é preso como primeiro suspeito do desaparecimento, testemunhas alegam que ele teria feito ameaças às vítimas. Amarildo nega as acusações. No mesmo dia, o presidente da FUNAI, Marcelo Xavier, em uma entrevista à Voz do Brasil, afirmou que Bruno e Dom não pediram

autorização para realizar a viagem pela terra indígena. No dia 9 de junho, a TV GLOBO confirmou que a FUNAI foi comunicada e autorizou a entrada de Bruno Pereira no Vale do Javari entre os dias 17 e 30 de maio. Ainda neste dia, são encontrados os primeiros vestígios de sangue no barco de Amarildo. Apenas no dia 12 de junho que as investigações voltam a ter resultados quando são encontrados materiais que pertenciam a dupla. Entre os itens estavam: cartões, documentos, roupas e aparelhos eletrônicos, todos eles perto da casa de Amarildo.

No dia 13 de junho, a embaixada no Brasil no Reino Unido informou erroneamente à família de Dom Phillips que seu corpo havia sido encontrado. No dia 14, a embaixada faz um pedido formal de desculpas. No mesmo dia, um segundo suspeito é preso temporariamente, trata-se de Oseney da Costa de Oliveira, irmão de Amarildo. No dia 16 de junho, Amarildo confessa o crime e afirma que Bruno e Dom foram assassinados. Amarildo apontou a localização dos corpos, que teriam sido esquartejados, queimados e enterrados. Durante escavações, equipes encontraram "remanescentes humanos", de acordo com a Polícia Federal no Amazonas, o material recolhido será enviado à perícia para identificação.

O dia 16 de junho é marcado pela confirmação da confissão de Amarildo e o envolvimento de mais cinco pessoas nas mortes. As investigações ainda procuram o barco usado pela dupla enquanto o material humano encontrado no local apontado por Amarildo vai para Brasília onde deve passar por uma perícia pelo Instituto Nacional de Criminalística. No dia 17 de junho a Perícia confirma que os restos mortais são do jornalista britânico Dom Phillips, no dia 18 é confirmada a identificação de Bruno Pereira. De acordo com a Polícia Federal, o crime aconteceu sem ter um mandante, posicionamento que a Univaja considera questionável por alegar haver, sim, um mandante da operação.

O desdobramento do caso até o dia 22 de junho contou com grande comoção dos órgãos nacionais e internacionais referente a proteção dos direitos humanos no Brasil, incluindo, grandes críticas da comunidade internacional sobre a morosidade da operação. Houve ainda a alegação de negligência por parte do Governo Federal, FUNAI, Polícia e Exército em todo o processo de investigação. Além de cobranças da classe política e da sociedade civil para a agilidade do caso e o levante de dúvidas sobre

a proteção da Amazônia. Ainda no dia 22 de junho, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomendou o afastamento do presidente da FUNAI ao receber denúncias de que a FUNAI diminuiu a presença no vale do Javari depois das mortes de Bruno e Dom.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA: JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS

Raddatz e Nasi (2017) explicam que as discussões em torno dos direitos humanos passa a ser uma pauta de relevância internacional após a Segunda Guerra (1939 a 1945), em razão da forte comoção causada no mundo ao partilhar do sofrimento pelas vítimas do holocausto.

A partir daí, a comunidade internacional preocupa-se visivelmente com qualquer tipo de violação aos direitos humanos, especialmente das minorias. Por isso, os meios de comunicação estão cada vez mais atentos a questões como estas em todos os países do mundo, porque há certa cobrança em relação a estes aspectos. Questões de gênero, a causa das mulheres, o trabalho escravo, a exploração de crianças são alvos de alerta e foco de atenção da mídia, porque constituem crimes contra os direitos humanos e a cidadania universal, direitos internacionalmente assegurados. (RADDATZ; NASI, 2017, p. 84).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, quando pela primeira vez um documento estabeleceu a proteção universal dos direitos humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição. De acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU, os direitos humanos surgem como forma de garantir a dignidade para qualquer pessoa. Os direitos humanos são uma garantia estabelecida, também, pela legislação brasileira onde consta os marcos originários de garantia de direitos e deveres do cidadão.

No Brasil, órgãos como Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) atuam como fiscalizadores para garantir o cumprimento das normativas estabelecidas nos direitos humanos, entre elas a liberdade de expressão e a uma vida com dignidade. De acordo com Artigo 19 da DUDH: “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

Para garantir este direito e tantos outros, o jornalismo cresce e se transforma em um área de conhecimento que atuará em prol da sociedade na defesa dos direitos humanos, da democracia, dos direitos fundamentais e da liberdade. “Executa ações em prol do desenvolvimento, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mais plural e mais diversa, mais pacífica e produtiva, mais humana e inclusiva”. Emerim (2021, p. 29), ou seja, a premissa básica de existência do jornalismo é estar ancorado na validação dos direitos humanos.

Cenário que se mostra cada dia mais obscuro no Brasil. De acordo com Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2020) elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2020 foi o mais violento para os jornalistas no Brasil, desde o começo da década de 1990, quando a entidade sindical iniciou a série histórica. Foram 428 casos de ataques – incluindo dois assassinatos – o que representa um aumento de 105,77% em relação a 2019, ano em que também houve crescimento das violações à liberdade de imprensa no país. “Jair Bolsonaro respondeu por 175 registros de violência contra a categoria (40,89% do total de 428 casos): 145 ataques genéricos e generalizados a veículos de comunicação e a jornalistas, 26 casos de agressões verbais, um de ameaça direta a jornalistas, uma ameaça à Globo e dois ataques à FENAJ”.

Um outro relatório divulgado em 2022 pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV - ABERT, mostrou que 55 profissionais de imprensa foram assassinados no mundo em 2021. O estudo ressalta a queda brasileira no Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa da organização internacional Repórteres Sem Fronteiras. O Brasil ficou na 111ª posição. Outro dado de impacto é referente à censura, principalmente, na Empresa Brasil de Comunicação, de acordo com relatório da Fenaj (2021), foram registrados pelo menos 76 casos de censura aos profissionais da EBC. De acordo com Cirne et al. (2021), os servidores da EBC estão em segundo lugar no ranking de agressões à imprensa em 2020, com destaques para pedidos de redução de cobertura para temas como o assassinato de Mariele Franco e a proibição do emprego das palavras “ditadura” e “golpe militar” na programação da EBC.

Mas os casos não param por aí, quando falamos de proteção de povos indígenas, os dados são alarmantes. De acordo com o Atlas da Violência 2021: assassinatos de

indígenas aumentam 22% em dez anos. Em março de 2022, Lideranças indígenas denunciaram ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) o aumento da violência contra os povos originários, ataques contra casas de reza, invasões a terras indígenas e falta de proteção às comunidades. No ano anterior, lideranças do povo Karipuna processaram a União, a FUNAI e o estado de Rondônia por invasões e pela devastação da terra indígena. No mesmo ano, houve um aumento de 44% no desmatamento registrado no território em relação ao ano anterior, colocando em risco a sobrevivência do povo e dos indígenas que vivem em isolamento voluntário naquela região.

Cenário que é apenas uma mostra de uma política cada dia mais nociva para os defensores dos direitos humanos no Brasil. Em 2021, A Anistia Internacional listou 32 violações de direitos humanos e retrocessos que ocorreram nos mil dias do governo do presidente Jair Bolsonaro. Entre as violações, o relatório mostra: ausência de política de saúde para proteção de povos minoritários durante a pandemia, ataques à imprensa, aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia, facilidade de acesso à armas além da participação do presidente em atos antidemocráticos.

Os dados mostram um cenário nocivo não apenas para a população, mas para aqueles indivíduos que de alguma forma atuam na defesa e garantia dos direitos humanos. Neste aspecto, podemos aqui encaixar o Indigenista Bruno Pereira e o Jornalista Dom Phillips como duas figuras primordiais na defesa dos direitos humanos no Brasil. Em diversas reportagens analisadas, é salientada a importância da dupla para o trabalho de denúncia de ilegalidades na região. Tanto no âmbito local, quanto no descaso governamental.

Mas afinal como estes temas se relacionam? O objetivo da pesquisa é entender quais são os sentidos provocados pelos vídeos em que o presidente Jair Bolsonaro tem alguma fala, seja ela sobre o acontecimento ou sobre a repercussão da temática. Para isso é necessário entender o contexto em que se insere o debate. Notou-se com os dados anteriores que o Brasil se tornou um local nocivo para os protetores dos direitos humanos, ataques muitas vezes cancelados pelo presidente.

Através de dados e do contexto do tema é possível entender qual impacto da morte de Bruno e Dom, uma vez que como representantes da defesa da Amazônia, eles

são mortos como forma de silenciamento aos crimes e desrespeitos da regional Para isso, iremos explorar o material através da metodologia: semiótica discursiva no telejornalismo, que pode ser conferida a seguir.

2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA: TELEJORNALISMO E SEMIÓTICA DISCURSIVA

O telejornalismo é um recente objeto de pesquisa da semiótica. Para pensar um campo vasto e com suas próprias reverberações de sentido é preciso entender e aplicar uma análise semiótica que contemple as suas nuances. Para isso, será aplicada uma adaptação da semiótica discursiva do telejornalismo proposta pela professora e pesquisadora Carlida Emerim, por meio do o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele/UFSC/CNPq).

Segundo a autora, a Semiótica Discursiva no Telejornalismo foi pensada para ser uma leitura de texto a partir da expansão da teoria da significação desenvolvida por Greimas “que não enfatiza as relações entre os signos, mas o processo de significação capaz de gerá-los” Emerim (2014, p.07). A semiótica advinda de Greimas busca a amplificação do dado, não focando apenas na relação significado e significante, mas uma interrelação entre todas as línguas e o contexto social em que ela opera.

Para tanto, se propõe a analisar as crenças, sentimentos e atitudes que cada sociedade adota frente às suas linguagens, partindo dos efeitos de sentido produzidos pelas “coisas” do mundo. Nesse contexto, preocupa-se com o sentido e o processo de produção do sentido; parte do pressuposto de que a produção de sentido deve ser o objeto de uma análise estrutural que tem por horizonte a organização que o homem social faz de sua experiência. (Emerim, 2014, p. 03)

É a partir dos estudos de Algirdas Julien Greimas que a semiótica discursiva encontrou espaço para sua aplicabilidade. Isso aconteceu em um processo de ampliação dos estudos junto com a Escola de Paris. Neste momento, a semiótica também alcançou novos campos de estudo e análise para diferentes espaços, textos e gêneros. Chegando à análise da “arte, a imagem, a publicidade, a imprensa, a literatura, o discurso jurídico e o científico, estudos sobre a mitologia, a política, a música, etc.” Emerim (2014, p.06).

De acordo com Barros (2005), na semiótica discursiva o texto pode ser entendido a partir de duas concepções: 1) o texto como objeto de significação, que o

configura como um “todo de sentido” e 2) o texto como objeto de comunicação entre dois sujeitos. “ Nesse caso, o texto precisa ser examinado em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve e que, em última instância, lhe atribui sentido. Teorias diversas têm também procurado examinar o texto desse ponto de vista, cumprindo o que se costuma denominar análise externa do texto” (Barros, 2005, p. 12).

Neste segundo ponto que se aprofunda a teoria semiótica de Greimas e Hjelmslev. Para os autores, o estudo do discurso tem como base a ideia e estrutura narrativa que se manifesta em qualquer tipo de texto e pode ser lido a partir de aspectos sociais globais de si, o externo de si. Neste contexto, é importante entender alguns conceitos para aplicação da metodologia na pesquisa em telejornalismo.

Primeiramente, os termos significado e significante passam a ser chamados de *Expressão* e *Conteúdo*, são assim definidos como *Planos de Signo*. Enquanto o significado está relacionado ao plano de conteúdo, o significante dentro de seu espectro de significação torna-se o plano de expressão. Assim, o plano de expressão engloba os elementos que dão conta dos modos como se diz um tema e, o Plano de Conteúdo, é o que se diz, o tema, propriamente dito” (Emerim, 2014, p.06).

Por tratar do contexto em que o texto está envolvido, a Semiótica Discursiva tem um forte viés interdisciplinar e, por isso, “consegue atuar com eficiência na análise dos objetos pertencentes ao campo das ciências humanas e sociais e, as experiências desenvolvidas já permitem dizer que, também, no campo do Telejornalismo”. Emerim (2014, p.06). Porque é importante aprofundar a metodologia? De acordo com Emerim, o telejornal possui um formato específico de produção de informação, contando com vários textos e várias reminiscências da informação captada. Além disso, o telejornal possui um padrão narrativo que o identifica e o conforma enquanto gênero.

O primeiro conceito resultado destas investigações definiu por telejornal um programa que reúne uma seleção de notícias organizadas em blocos, por temas, geralmente exibido com horário, cenário e apresentadores fixos. Ampliando o conceito, têm-se um Telejornal pode ser entendido como um programa que reúne notícias que tenham repercussão e abrangência para um público eclético cujas temáticas selecionadas têm o objetivo de resumir os principais fatos e acontecimentos das últimas horas. Emerim (2014, p.08)

Para a autora, ainda, a semiótica é um campo que propõe-se estudar este processo de produção de significação e sentido do telejornalismo, considerando diferentes sistemas culturais e sociais em que o formato está inserido. Por exemplo, é

possível entender através da metodologia como uma grande cobertura jornalística, de um grande caso ou acontecimento, remeteria um longo período em que o fato estaria em pauta. Isso quer dizer que os fatores externos e sociais dão subsídio para o esclarecimento da leitura.

De acordo com a metodologia do Semiótica Discursiva no Telejornalismo o processo de análise passa primeiramente pela fase da decupagem. Ou seja, um processo de “decomposição de materiais que permite aos analistas entender o funcionamento e a organização interna dos objetos em estudo”. No telejornalismo, a decupagem é uma ferramenta para entender as regras utilizadas pelos produtores na produção do material a ser analisado. A metodologia da pesquisa irá dividir a decupagem em dois módulos: decupagem geral e decupagem interna. A primeira propõe-se apresentar a disposição que organiza o texto programa como um todo; a segunda mostra as partes integrantes deste todo, examinando as características internas e mais específicas que devem ser melhor trabalhadas na geração dos sentidos e significados propostos.

2.2 BUSCANDO UM MÉTODO DE ANÁLISE

Para compreender o que noticiaram e como noticiaram o dia de confirmação da morte de Dom Phillips e Bruno Pereira, segundo Emerim, o primeiro passo é a estruturação de categorias de análise (que surgem do objeto); depois a análise geral externa (contexto) e interna (objeto) e por fim a análise em profundidade (amostragem do objeto em esgotamento). Para isso, foram construídos dois quadros de análise. Sendo quatro 1 baseado em um elementos externos e integrantes de cada telejornal e o quadro 2 especificamente analisando o objeto e suas significações ou criações de sentido.

A análise contempla as reportagens apresentadas nos principais telejornais do Brasil, sendo escolhidos: Repórter Brasil (EBC), Jornal Nacional (Globo) como representantes de mídia pública e privada. As ideias e projeções de cada telejornal construíram o chamado *mapa de sentidos* que operam através de dois *quadros de decupagem*. O quadro de recorte foi tecido a partir da coleta de todas as reportagens produzidas durante os 14 dias de cobertura do caso, entre 6 e 22 de junho de 2022.

Com uma adaptação da metodologia Telejornalismo e Semiótica Discursiva da pesquisadora Cárilda Emerim, foi possível criar categorizações de análise com o material coletado. Ao total foram encontrados 127 vídeos de quatro emissoras nacionais, sendo elas separadas em: 15 para EBC; 28 da Globo. Cada quadro conteve: dia de publicação, link da reportagem, chamada da notícia e as categorias de análise separadas por:

1. **Voz das pessoas:** as vozes são referentes aos testemunhos dos indivíduos envolvidos na notícia. Tanto as vozes das fontes e personagens, como as vozes dos repórteres, âncoras e envolvidos na reportagem.
2. **Coberturas dos veículos:** tendo em vista o formato e enquadramento da notícia, neste tópico será observado como cada telejornal deu visibilidade aos fatos: qual formato adotado, qual sequência, qual importância no contexto da programação e como acontece a visibilidade dos fatos).
3. **Fala do presidente:** por ser um fator de importância global, a fala do presidente dimensiona o impacto e relevância da pauta e do fato para o âmbito político e dos direitos humanos.

Dentro dos quadros foram realizadas a decupagem geral que engloba as características gerais de todos os vídeos e, em um segundo momento, uma decupagem em profundidade focado nas reportagens que possuem alguma fala do presidente Jair Bolsonaro (categoria 3). Esta segunda decupagem contempla o que a semiótica discursiva do telejornalismo irá chamar de **decupagem interna**, quando o recorte é mais específico que o anterior e atender com mais especificidade o objetivo final da análise que é: Como as falas de Bolsonaro dão sentido para o caso Bruno Pereira e Dom Phillips.

3. ANÁLISE DO CASO: O QUE DISSERAM E COMO DISSERAM?

A análise dos dados das emissoras encontrou um padrão na forma de tratamento das notícias para a categoria 1 e 2. No entanto, a categoria 3 é a que mais se destoa e alça curiosidade para os sentidos produzidos. A fala do presidente que deveria dar o norte da perspectiva dos direitos humanos do país é onde surgem as maiores distorções. Por essa razão, a decupagem geral (categorias 1 e 2) mostra certa correlação entre os

materiais, além de uma ordenação e sequência padrão nas informações. Situação que não ocorre com a categoria 3.

A decupagem aprofundada salienta apenas os vídeos em que as sonoras, falas do presidente, irão aparecer sobre o caso. Para o aprofundamento analisou-se a descrição da reportagem completa, o contexto da fala, os elementos de sentido da fala, o tempo de fala e as reverberações com o restante do material. Nota-se, em um primeiro momento, que são raros os momentos em que há um pronunciamento oficial e mesmo em sua oficialidade, o material ainda apresenta uma discordância e irrelevância em relação às mortes. Veja a seguir a decupagem geral dos materiais e seus sentidos.

3.1 GLOBO - JORNAL NACIONAL

Nas reportagens do Jornal Nacional é possível notar que há uma pluralidade de vozes nas reportagens, elas vão além de informações oficiais do Governo e buscam falar com órgãos públicos de defesa dos direitos indígenas e da comunicação. Também é perceptível que os primeiros dias de buscas foram cruciais para salientar a falta de preocupação do Governo com o caso. Apesar dos órgãos federais como Polícia Militar, Civil, Exército e Marinha estarem atuando, a justiça acreditou que o processo estava sendo moroso e no 4º de buscas foi determinado que a polícia reforçasse o processo de buscas com helicópteros, embarcações e equipes de buscas.

É possível perceber então uma despreocupação do governo com o caso. Desde o primeiro dia, o noticiário enfatiza que órgãos internacionais cobram do Brasil uma resposta mais rápida ao desaparecimento. O caso chama atenção em dois aspectos que se correlacionam: por um lado há o descomprometimento do Estado com a vida dos povos indígenas e seus defensores, por outro, uma guerra contra a informação ao silenciar, além do indigenista, um jornalista.

Todas as reportagens sobre o caso enfatizam a cobrança ao governo brasileiro de uma força de buscas e de soluções, alegando atrasos anteriores e uma resposta insuficiente para a sociedade. No dia 8 de junho, a direção da *Human Right Watch* Do Brasil declarou em nota e foi transmitida na reportagem:

É imperativo que o governo brasileiro use imediatamente todos os recursos disponíveis para um esforço coordenador de buscas, em larga escala e sem

mais atrasos. (...) A resposta claramente insuficiente do governo brasileiro tem causado grande angústia para as famílias e entes queridos de Dom e Bruno, e também para todas as pessoas engajadas em esforços para expor e enfrentar a violência e a destruição ambiental que assolam a Amazônia.

A reportagem abre espaço para a declaração do Ministro da Defesa que alegou estarem empenhados no caso. No mesmo dia, o Presidente da FUNAI é exonerado e a cobertura volta a estar focada no descaso do órgão com o caso. Bolsonaro faz sua primeira aparição sobre o caso apenas no dia 9 de junho. Anexo 01.

REPORTAGEM 1- DIA 09/06/2022 - *Polícia pede prisão temporária de investigado pelo desaparecimento de Bruno Pereira e Dom Phillips.*

A reportagem de 8 minutos e 30 segundos está focada na prisão temporária de um dos suspeitos. Nota-se que a construção da narrativa leva a reportagem para um local de denúncia, de investigação. A Polícia Federal já está na primeira sonora evidenciando as buscas e a prisão. No segundo momento, o delegado fala oficialmente e a reportagem questiona o aparecimento do prefeito de Atalaia do Norte na delegacia, colocando dúvida sobre envolvimento de terceiros na investigação. Outro tema que está inserido na reportagem e também levanta questionamentos é a posição dos procuradores de Atalaia do Norte em defender o suposto assassino de Bruno e Dom. A fala de Bolsonaro aparece logo na sequência.

Bolsonaro, de perfil conservador e frequentemente associado ao discurso religioso, costuma evocar Deus em seus pronunciamentos. Aqui vale levar em consideração o contexto, Bolsonaro faz a fala em relação ao caso em frente a um hotel em que estava hospedado nos Estados Unidos. Percebe-se que ele foi pego desprevenido, não pretendia falar sobre o tema, portanto não é um pronunciamento oficial. O jornalista induz a pergunta e ele com feição de espanto, responde.

Bolsonaro ainda salienta que desde o momento em que foi dado o alerta, a polícia federal, os militares e a marinha estavam participando das buscas. Este elemento causa o sentimento de secundarização das vítimas em detrimentos dos "heróis" em ação. Exaltando as forças armadas e seus trabalhos e negligenciando as vítimas. Bolsonaro ainda continua apontando a quantidade de artigos disponíveis para a busca, como uma forma de reforçar os trabalhos militares.

Por fim, ele demonstra a finalização da fala ao afirmar que a área onde Bruno e Dom entraram seria uma área perigosa, ou seja, que eles não deveriam estar lá. A culpabilização das vítimas fica evidente também no momento em que ele coloca que a FUNAI não saberia da expedição. Neste momento, as feições do presidente são de indignação, demonstrando que as vítimas tiveram uma resposta à uma ação errada. O ponto de culpa fica mais evidente na última frase, quando ele salienta que na região, precisa se andar escoltado e que os ativistas foram para uma “aventura”. O dicionário português defini aventura como:

aventura;
substantivo feminino circunstância ou lance accidental, inesperado;
peripécia, incidente.
"as a. de um andarilho". (Dicionário)

Quando Jair Bolsonaro afirma que Bruno e Dom estava em uma aventura, ele sugere que ambos estavam em uma situação de imprudência, brincadeira, que não levaram a sério as consequências, como crianças quando arriscam em algo e se machucam, eles também estariam de “peripécia” sem saber as reais consequências. Neste momento, o presidente assume a posição do "adulto" que não queria, não concorda, que as crianças estivessem naquele lugar. Mas a quem agradaria Bruno e Dom não estarem naquele local se não os garimpeiros e pescadores ilegais? Bolsonaro, se posiciona neste aspecto com juízo de valor, como aquele que diz “eles procuraram a situação” e fortalece a percepção de que eles não deveriam estar lá e não saberiam o que estavam fazendo.

Estes dois pontos colocam Jair Bolsonaro no lado contrário dos ativistas. Primeiro porque se o presidente sabe quais os crimes cometidos na região, qual seria o motivo de não atuar contra o garimpo e a pesca ilegal e o narcotráfico? E segundo, Jair Bolsonaro tem conhecimento de quem são Dom e Bruno, por já ter contato com ambos, qual seria o motivo do desvalidamento da operação? A matéria termina e após a fala a câmera volta para o estúdio onde Renata Vasconcellos está olhando para a reportagem e volta o olhar para a câmera, em um sinal de "sem comentários sobre a fala do presidente". A nota é ligada a uma nova cabeça e outra reportagem sobre o assunto, Na reportagem que segue o jornalista fala que o número de pessoas envolvidas na operação do governo são 250 pessoas, contradizendo o presidente Bolsonaro e intera que as

buscas estão sendo feitas também pelos povos indígenas da área, UNIJAVA, COIAB e o *GreenPeace*. Também é salientado como jornalistas internacionais estavam em cima da polícia para saber mais informações.

Como falado anteriormente, a Globo apresenta um padrão da categoria 1 e 2, ou seja, a voz das pessoas e a cobertura seguem uma sequência comum. No ponto 1 aparecem fontes diferenciadas e não necessariamente ligadas ao governo federal, mas órgãos sem fins lucrativos, a Univaja, órgãos ligados aos direitos humanos, a classe política, além da família e pessoas ligadas às vítimas. Já no ponto 2, nos primeiros 14 dias de cobertura as matérias tomaram intensamente a programação, são 28 vídeos, a maioria reportagens extensas entre 4 e 9 minutos, há sempre uma contextualização de onde foi o local dos crime e das investigações e uma insistente denuncia a negligência do governo federal.

No dia 10, por exemplo, Barroso determinou que todas as forças cabíveis fossem empregadas na busca, Barroso já é relator de projeto que determina proteção aos povos indígenas da área. O ministro determinou que o governo federal tem 5 dias para apresentar um relatório completo com todas as providências e informações obtidas. Em nota: "Sem uma atuação efetiva e determinada do governo brasileiro, a Amazônia vai cair, progressivamente, em situação de anomia, de terra sem lei. É preciso reordenar as prioridades do Brasil nessa materia". Barroso intimou o Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Diretor Geral da Polícia Federal e o Presidente da FUNAI.

No mesmo dia, o Jornal Nacional Mostrou outra repercussão negativa: ONU pede ao governo brasileiro mais esforços para encontrar Bruno Pereira e Dom Phillips. porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos disse que é crucial que as autoridades reajam com robustez e rapidez, com todos os meios disponíveis e os recursos necessários. A representante demonstrou receio com os constantes ataques aos defensores de direitos humanos, ambientalistas e jornalistas no Brasil. A repórter pergunta sobre o fato do presidente Jair Bolsonaro ter tratado o trabalho de Bruno Pereira e Dom Phillips como uma "aventura" - ela disse que declarações que desmerecem o trabalho do jornalista e do indigenista são infelizes e não ajudam. Defendê-los é responsabilidade do Estado que precisa também aprender que

ameaças e ataques a defensores dos direitos humanos, ambientalistas e jornalistas, precisam ser levados a sério.

REPORTAGEM 2 - DIA 10/06/2022 - Tempo: 3'39. *Bolsonaro diz que governo faz 'buscas incansáveis' pelos desaparecidos na Amazônia*

Ainda no dia 10, mais uma fala de Bolsonaro aparece no último vídeo sobre o caso. Conferir anexo 02. Na reportagem fica evidente novamente que o pronunciamento é uma consequência de um evento que não tem em sua natureza falar sobre o assunto, ou seja, não é uma declaração específica de um presidente sobre o caso, apenas um efeito colateral do momento. A reportagem foca na participação de Jair Bolsonaro do Evento Cúpula das Américas, envolvendo presidentes de países da América Latina. A primeira sonora de Bolsonaro é focada em dados sobre o agronegócio, logo o off apresenta dados contrários à fala do presidente, mostrando como o Brasil vive, em 2022, um período em que uma parte grande da população passa fome. Neste trecho já mostra uma contradição do presidente. Incluindo inserts sobre queimadas e desmatamento ilegal na Amazônia que seguem com uma segunda sonora de Bolsonaro dizendo que a Amazônia está “intacta”.

Antes da entrada da terceira sonora, o off diz que os desaparecimentos de Bruno e Dom causaram grande repercussão internacional e cobrança de autoridades sobre as buscas e a atenção do governo. A sonora de Bolsonaro diz que as forças armadas estão trabalhando incansavelmente, novamente com alusão ao fortalecimento do exército no caso, continua ainda sua fala chamando Dom e Bruno de “dessas pessoas” sem citar os nomes das vítimas, muito menos demonstrando comoção ou preocupação. A conclusão da fala é focada em Deus. Se na primeira vez Bolsonaro disse que “temiam pelo pior”, na Cúpula apenas concluiu falando que “Espera que sejam encontrados com vida”. Uma mudança de posição que pode se dar ao fato de uma entrevista ser privativa, apenas ele com repórteres brasileiros e este segundo momento ser um discurso para outros líderes.

A reportagem continua e segue falando sobre o encontro de Bolsonaro e o Presidente Americano Joe Biden que foi enfático ao defender o sistema eleitoral Brasileiro. A reportagem, a todo momento, causa desconforto ao mostrar ângulos de Bolsonaro com feições desconfortáveis. Quando mostra o Bolsonaro ao lado de Biden,

o sentimento que causa é uma dissonância entre o que está sendo dito e o movimento corporal dos dois. percebe-se um certo desconforto e incômodo. A reportagem finaliza com uma nova fala defendendo a democracia no Brasil e o presidente posando ao lado de líderes. Contudo, vale lembrar que este desconforto pode ser sentido na reportagem por quem entende que nos últimos meses Bolsonaro tem demonstrado não confiar no sistema eleitoral brasileiro, por diversas vezes disse não aceitar o resultado das urnas e convocar aliados para um golpe de Estado caso perdesse as eleições, uma declaração séria contra a democracia.

REPORTAGEM 3- 11/06/2022 - *Bolsonaro volta a falar sobre as buscas ao jornalista britânico e ao indigenista.*

No dia 11, Bolsonaro volta a ter um pronunciamento sobre o caso, como mostra o anexo3. Já na Flórida, ele atendeu os repórteres na porta do hotel onde estava hospedado, é possível notar que a entrevista continha apenas três microfones das emissoras: TV Cultura, SBT e Band. No off o repórter salienta que a pauta de Bolsonaro e Biden em reunião foi o desaparecimento de Bruno Pereira e Dom Phillips.

A sonora é a mais curta até o momento, começa com Bolsonaro falando sobre as questões que tratou com o presidente americano, dizendo que são questões particulares, mas de interesse público. Causa no telespectador a percepção de um não “querer” compartilhar a informação, mas que por sua posição como presidente, “deve” ser compartilhada. Diz ainda que as investigações estão bem avançadas, informação que destoa do que está acontecendo no Brasil, neste dia ainda, há uma grande movimentação nacional e internacional pedindo maior atenção do Governo ao caso. Por fim, comenta que indícios mostram o que aconteceu com o “cidadão do Reino Unido e com o do Brasil”.

Como comentado anteriormente, Bolsonaro não faz questão de dar rosto às vítimas, se o caso não fosse uma questão de violência grave e contra os direitos humanos, talvez, esse sentimento passasse despercebido. Contudo, é claro que Bolsonaro não se posiciona como um presidente em torno de um possível assassinato. Sua fala diminui a gravidade, o impacto e a percepção de preocupação quando o aconteceu. Essa diminuição o coloca novamente como uma figura contrária às ideias

das vítimas, como se a sua validação mostrasse a verdade, então, ele opta por não “causar” o maior impacto. Não dar rosto, não dar nome, não dar humanidade, torna elas não reais, distantes da verdade. E coloca o presidente como uma figura neutra, o que neste caso, não parece possível, pois a neutralidade assume uma posição de contradição.

No dia 13 de junho, chama a atenção a reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Ao abrir a sessão, a Alta Comissária da ONU, Michelle Bachelet, falou sobre os países onde se vê maior preocupação nas questões referentes aos direitos humanos. O Brasil entrou nesta lista falando sobre os ataques a ambientalistas e indígenas e citou: exposição a contaminação a exploração ilegal de ouro, além disso citou violência policial, racismo estrutural, ataques a legisladores e candidatos antes das eleições. A Alta Comissária fez um apelo às autoridades para que assegurassem o respeito aos direitos fundamentais e às instituições independentes. "Baissere falou que este ano os brasileiros vão às urnas e reforçou que, como pede no mundo todo, eleições precisam ser justas e transparentes, sem interferência de qualquer lado, para que o processo democrático possa ser verdadeiramente realizado".

No dia seguinte, a primeira matéria sobre isso acontece quase no final do telejornal, diferentemente dos outros dias em que as matérias sobre o caso estavam abrindo o jornal nacional e dando gancho para a próxima reportagem. O chefe da missão brasileira na ONU, Tovar da Silva Nunes, disse que Bachelet não reconheceu os esforços do Brasil em reconhecer os direitos humanos e a democracia e que houve um fortalecimento da justiça para proteger jornalistas e ambientalistas. Ainda no dia 14 e no 15 de junho, há novamente uma cobrança para que o presidente da república e os ministérios de informações sobre os procedimentos do caso, informações que sejam consistentes e verdadeiras. Senado aprova uma comissão externa para apurar as buscas e as investigações sobre o caso. Em uma matéria correlacionada, o ministro Barroso determinou a proteção imediata das terras ianomâmis e a retirada de garimpeiros ilegais.

O dia 16 de junho de 2022 ficou marcado como o dia que o criminoso **confessou o crime** e confirmada a morte, houve uma cobertura especial em toda programação do jornal, dia com mais reportagens, em torno de seis matérias completas e de longa duração. Neste dia, a reportagem salienta que a repórter que nunca foi mencionada a

participação dos indígenas nas buscas por parte da polícia e do governo. A menção só foi feita a partir de uma pergunta de uma jornalista presente. As reportagens focam em mostrar a negligência do governo e dos órgãos federais. No final de uma das reportagens o presidente de uma associação indígena ligado a FUNAI comenta que o estado continua ausente na região da Amazônia e que os servidores do vale do Javari continuam sem apoio e sem proteção. "é uma região problemática realmente, mas tanto indígenas quanto servidores ficam desprotegidos".

Em outra grande reportagem, no dia 16, é mostrado todo o percurso de Bruno e Dom. Quem eram, como chegaram até a Amazônia, qual era o impacto de seus projetos, o reconhecimento internacional, o passo a passo percorrido entre o dia 1 de junho até o desaparecimento e as ameaças sofridas por ambos. Ainda mostrou na programação as homenagens e as reverberações do caso na imprensa internacional. Na reportagem fica evidente como a imprensa e o governo britânico não aceitaram a forma como o Brasil conduziu as investigações, alegando, inclusive, que houve negligência por parte das forças armadas e policiais, além de voltar a afirmar a lentidão das investigações e confusão.

Outra reportagem relata que Bruno havia mapeado a movimentação de invasores, ajudou a interceptar barcos com pesca ilegal e balsas de garimpo ilegais. Mas o sucesso no combate a crimes na Amazônia lhe custou o cargo na FUNAI, em outubro de 2019, pelo governo Bolsonaro. Em 2019, primeiro ano do governo, Dom questionou Bolsonaro sobre a proteção da Amazônia. Na entrevista, aparece a sonora de Bolsonaro respondendo: "*Primeiro você tem que entender que a Amazônia é do Brasil e não de vocês*". A matéria corta para o objetivo dessa última viagem: escrever um livro sobre a proteção da Amazônia e dos povos nativos. Ainda parece notas da ABRAJI, da associação Repórteres Sem Fronteiras (que questionou especificamente o posicionamento de Bolsonaro), Observatório do Clima (comparando o caso a Chico Mendes e quem confronta os criminosos). Outras fontes: Anistia internacional; Greenpeace, Human Rights Watch, Ex-presidente da FUNAI.

REPORTAGEM 4 - 16/06/2022 - *Integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário reagiram aos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips.*

Como vemos no anexo 4, na última reportagem do dia aparece um pronunciamento não oficial de Bolsonaro sobre as mortes. Em um momento de grande comoção nacional e de grande pronunciamentos, a fala de Bolsonaro aparece apenas em um tweet na rede social *Twitter*. A reportagem mostra a nota oficial da FUNAI e a resposta de Bolsonaro: "*Nossos sentimentos aos familiares e que Deus conforte o coração de todos*" - apesar de todos os outros poderes terem uma preocupação em demonstrar apoio, Bolsonaro não falou oficialmente. O destaque da reportagem é do STF, que, através de Fachin, também destacou a importância de Bruno e Dom e o respeito à democracia.

Esta foi a última fala do presidente sobre o tema, não houve mais nenhuma posição sobre o caso. A última impressão demonstra ao telespectador um descaso, uma despreocupação, uma desatenção ao ocorrido. Em um momento de crise, onde os olhares do mundo estão no Brasil por sua negligência, não há ao menos um comunicado oficial pelo representante do poder do Estado. O *Twitter* não é um meio oficial de comunicação e a nota apenas chega ao telespectador por um esforço do telejornal em evidenciar a fala do presidente. O comentário muito menos foi postado avulso em sua página, ele aparece como uma resposta à nota da FUNAI, o que diminui ainda mais o seu impacto. As dúvidas que surgem são: quais os motivos do apagamento do caso por parte do presidente?

Até o dia 22 de junho ainda há reportagens demonstrando a apatia do governo com o caso. Há também uma sequência de denúncias sobre a pesca ilegal na Amazônia, o narcotráfico e como as pessoas que trabalham na região sofrem com ataques e são mortos sem interferência do estado. Uma última reportagem no dia 22 ainda salienta o pedido do Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomenda afastamento do presidente da FUNAI por denúncias que a FUNAI diminuiu a presença no vale do Javari depois das mortes. E ainda pediram que a polícia federal continue as investigações, que a Univaja seja reconhecida como órgão oficial de proteção e que "cessem as graves e reiteradas ações e omissões do Governo Federal em detrimento aos direitos dos povos indígenas".

3.2 EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - REPÓRTER BRASIL

A cobertura da EBC rendeu, ao todo, 15 vídeos. A menor quantidade das 4 emissoras levantadas. Desde o início da cobertura é possível perceber um padrão nas categorias 1 e 2. Na primeira percebe-se a prevalência de vozes oficiais como a FUNAI, a Polícia Federal e dados levantados a partir de uma perspectiva governamental. As imagens são sempre do Ministério da Defesa e da Polícia Federal e Militar, assim como as sonoras. Os órgãos não governamentais não têm espaço nas reportagens. Na categoria 2 já é notado outro padrão, em sua maioria a cobertura é feita com Cabeça + Link do repórter; em 7 vídeos há presença de reportagem com sonora + passagem + off. Algumas vezes, o link aparece primeiro e aí é chamada a reportagem.

Da mesma forma, não há grandes reportagens, os materiais não ultrapassam dois minutos. Os vídeos não são destaque no telejornal, apenas aparecem como notas cobertas, links e reportagens rápidas e resumidas. Elas não apresentam uma pluralidade de fontes e sonoras - diferentemente do material do Jornal Nacional - é evidenciado apenas uma angulação da matéria. Os povos indígenas não são citados quando trata-se das buscas, apenas aparecem quando é falado do motivo da viagem. Não há também vozes de defesa de Bruno e Dom. No primeiro dia, por exemplo, é feito um link simples apenas comunicando o caso, sem grandes implicações.

No dia 7, o telejornal faz uma nota pelada com recapitulação do caso, leitura da nota do Itamaraty, nota sobre a situação do barco da dupla e uma nota da FUNAI que fala que o indigenista estava de licença dos serviços. Informação que mais tarde se confirmou não ser verdadeira. Já no dia 8, o telejornal apresenta uma cabeça com resumo da notícia e chama o com uma entrevista do presidente da FUNAI retirada da Voz do Brasil (programa de rádio da EBC). O presidente defende que o órgão está fazendo o possível nas buscas. Novamente, o telejornal apresenta uma voz oficial.

No mesmo dia, outra notícia é dada, uma reportagem curta, com imagens oficiais cedidas pelo ministério da defesa, nas imagens o exército e a marinha tem destaque e as informações são voltadas a enaltecer o trabalho realizado, e não necessariamente o foco nas vítimas. No dia 09, novamente uma nota coberta simples com imagens oficiais e uma nota oficial da polícia sobre as buscas. A nota direciona a fonte para Agência Brasil (outro canal da EBC).

REPORTAGEM 1- 10/06/2022 - *Bolsonaro discursa na sessão plenária da Cúpula das Américas*

Apenas no dia 10 aparece uma fala do presidente Jair Bolsonaro (anexo 5). O foco da reportagem é a viagem de Bolsonaro para a Cúpula das Américas. O foco da reportagem é exaltar a participação do presidente no evento, iniciando com a fala sobre a preservação da Amazônia, o agronegócio, o sucesso da conversa com o presidente Biden e por fim a fala sobre as buscas pelos desaparecidos. Os offs apenas reafirmam as falas do presidente, ao contrário da cobertura do Jornal Nacional que questionava os dados. A reportagem intercala off e sonoras de Bolsonaro, antes da sonora sobre Dom e Bruno, o off salienta que o presidente “garante” a continuidade das buscas.

O recorte do jornal foca apenas na fala sobre como as forças armadas estão se destacando na busca “incansável” “daquelas pessoas”. Retornamos aqui à ideia de apagamento das vítimas. Após a reportagem volta-se para o estúdio com um especialista em ciência política para avaliar o encontro positivamente. Na sequência, o jornal faz um link sobre o pronunciamento de Bolsonaro e inclui nota oficial da Polícia Federal e nota do Ministro Barroso. Novamente, com imagens oficiais.

No dia 11 outro link é realizado com novidades sobre as buscas, imagens da Polícia Federal e uma reportagem que contou com vozes de fontes oficiais sobre o caso. Há neste dia a primeira, e breve, menção às cobranças da ONU em relação à atuação do governo. No dia 13, uma nova reportagem é transmitida, com destaque para imagens e sonoras da Polícia militar e civil e do exército. Percebe-se que as imagens se repetem por se tratar de imagens não originais da emissora, mas cedidas. Apenas no dia 15, o telejornal volta a falar sobre o caso.

REPORTAGEM 2- 15/06/2022 - *Desaparecidos Amazônia: Bolsonaro voltou a comentar as buscas*

No anexo 6 é possível perceber que a chamada e a âncora dizem que Bolsonaro “voltou” a se pronunciar, no entanto, estão se referindo aos segundos que foram retirados da reportagem da cúpula das Américas apenas, não configurando um pronunciamento oficial sobre o caso. Com intuito de dar destaque para a fala de

Bolsonaro, o material não chega a ser uma reportagem, apenas abertura corta diretamente para vídeo do presidente.

A diferença dessa sonora em relação aos outros materiais é que, neste produto a sonora de Jair Bolsonaro dando uma entrevista em coletiva de imprensa de forma oficial, vídeo que não consta nos materiais do Jornal Nacional. Percebe-se que a gravação é em um local de discursos do presidente da república, com fundo plotado em verde a amarelo, bancada de discurso, há um tradutor na entrevista, e aparenta ser uma coletiva organizada exclusivamente para os canais da EBC. Em sua fala, Bolsonaro novamente exalta o trabalho da marinha e do exército. Que por outros locais foi altamente criticado, no entanto o telejornal não apresenta uma visão contrária ao do presidente. A fala é avulsa e funciona na produção por si só.

No mesmo dia, há outra reportagem na qual a repórter cita apenas nesta reportagem que os indígenas participaram das buscas. Cita comoção em várias partes do mundo e o pronunciamento do primeiro-ministro britânico Bóris Johnson. Já no dia 16, uma das datas mais importantes da investigação. Há três materiais sobre o caso, e o terceiro e último vídeo em que o presidente tem um pronunciamento.

REPORTAGEM 3- 16/06/2022 - *Manifestações sobre a morte de Dom e Bruno tomam redes sociais*

A reportagem começa com a nota de Bolsonaro (anexo 07). O repórter Brasil tenta colocar a fala do presidente como um grande ato político sobre as vítimas. Contudo, o material é o mesmo visto na emissora Globo. A reportagem da EBC diz ainda que Bolsonaro se pronunciou sobre a confirmação da morte de Bruno e Dom. O que não é si, uma verdade. O “pronunciamento” de Bolsonaro é uma tweet publicado no *Twitter* do presidente, em resposta à publicação da FUNAI sobre as mortes. "Nossos sentimentos aos familiares e que Deus conforte os corações de todos!". O sentido desse recorte denota a intenção da emissora de conferir ao pronunciamento de Bolsonaro a solenidade esperada de um chefe de Estado e não deixar evidente que tratou-se de apenas um tweet de resposta. Na mesma reportagem ainda outras pessoas se pronunciaram sobre o caso. Há uma nota oficial da Univaja, além de uma nota da família e da esposa de Dom Phillips.

No mesmo dia 16, é realizado um link em frente a Polícia Federal para falar sobre o encaminhamento dos restos mortais encontrados. As imagens utilizadas são do SBT e do comando militar da Amazônia. Já as sonoras são da polícia civil e federal. O link fala sobre a participação do exército e, desta vez, inclui os indígenas como participantes das buscas. O último material do dia é outro link, com a mesma repórter e informações sobre a perícia dos corpos encontrados. No dia 17, o material também parte de um link, a repórter confirma o dna dos restos mortais. a fala da repórter não tem localização e as imagens que aparecem são as oficiais da polícia e as mesmas do dia anterior. Comenta a nota da Univaja.

No dia 18 não há cobertura. No dia 19 há uma reportagem que relata ter sido encontrada a embarcação. As imagens são da Polícia Civil, Militar e da Reuters, com sonora da polícia militar e uma fala sobre a comissão do senado criada para investigar o caso, sem aprofundamentos. Os dias 20, 21 e 22 não tiveram cobertura. A cobertura que inicia fraca, se intensifica e depois perde espaço. Sempre focado em vozes oficiais e falas de Bolsonaro recortadas que denotam maior representação do que realmente se pode observar.

Em relação ao contexto é importante salientar o impacto da EBC, como uma TV Pública, a cobertura não chega a cumprir seu real papel. A lei de 11.652/2008, de criação da TV Brasil, estabeleceu como princípios da emissora:

a promoção ao acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo, produção e programação com finalidades educativas, artísticas, científicas, culturais e informativas, promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente, autonomia em relação ao governo federal para definir programação e distribuição de conteúdo no sistema “público” de radiodifusão, e participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. (LEI 11.652/2008, Art. 2)

Ou seja, é orientado pelos princípios de estímulo à educação e à cidadania. Afinal, entre as perspectivas gerais de um modelo de telejornalismo público está a oferta de conteúdos voltados para os cidadãos e as diferentes comunidades. Os conteúdos da TV Brasil deveriam, assim, seguir as premissas básicas da comunicação pública no que diz respeito ao “foco no cidadão”, primando “pelo interesse público, honestidade, precisão e clareza das informações que transmite” (COUTINHO, 2014, p.187).

Os princípios e objetivos da Empresa Brasil de Comunicação, através dos artigos 2 e 3 do Decreto 6.689/208 e do Manual de Jornalismo da EBC podem ser agrupados em:

1. Polifonia de vozes e isenção. Tendo como base a apuração dos fatos, veracidade das informações, liberdade de expressão, proselitismo (EBC).
2. Diálogos e do dialogismo com a inclusão de diferentes perspectivas e vozes. Diversidade dos atores sociais no processo. Participação, Inclusão, Ética e Imparcialidade.
3. Espaço ao contraditório, preservar a intimidade, cuidado/atenção na reapresentação das diferenças, recusa de estereótipos, o respeito ao cidadão e à dignidade do ser humano. Além do viés educativo, de serviço e com autonomia para ser participante dentro da narrativa.
4. Representação de diferentes grupos identitários, em especial as minorias, reconhecendo que no Brasil não há uma identidade padrão, mas sim diferentes públicos, com distinções entre si e que, portanto, prezam por suas particularidades. Pluralidade, diversidade e regionalismo.

4. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Tenho esperança de continuar vivo. É vivo que a gente fortalece essa luta.

(Chico Mendes)

Ainda que não tenham aparecido nos telejornais, desde o início das buscas os comentários de Jair Bolsonaro são bastante polêmicos na imprensa. Em uma matéria ele relata que Dom era “mal visto” na região por fazer matérias contra o garimpo ilegal. A metodologia adotada para esta pesquisa nos possibilita entender o contexto de Bolsonaro como uma voz de legitimação das ameaças à Amazônia. Coleccionando polêmicas em torno do caso é possível observar que o presidente deslegitima a ação de Bruno e Dom e corrobora para a culpabilização das vítimas, inclusive, ao ter conhecimento das criminalidades na região e não imputar nenhuma ação legal para o impedimento.

Afinal, quais os sentidos que as falas de Bolsonaro provocam? Pode-se chegar a conclusão de que Bolsonaro desrespeita as vítimas, suas ações e também as bandeiras

levantadas. Ao ter falas onde deixa as vítimas sem rosto, ao silenciar-se, Bolsonaro comprovou sua aversão às questões fundamentais dos direitos humanos que foram amplamente defendidas durante os dias de cobertura. Inclusive, sem nunca fazer um pronunciamento realmente oficial e não utilizar as palavras “direitos humanos” para defender o caso.

Bolsonaro segue a linha de posicionamento contrário, às vezes que falou, falou como se as vítimas estivessem no lugar errado, como se a causa e suas motivações não fossem de interesse público. É interessante observar o menosprezo e falta de responsabilidade do Estado. Ao reforçar continuamente a ação do exército, ele apenas enaltece as forças armadas e não responde a uma questão fundamental: qual papel do Estado em um caso de violência que é contra os direitos humanos e a própria democracia? Isto não aparenta ser uma preocupação do presidente.

Por fim, como ficou em evidência nas análises, a TV Globo consegue cumprir com um papel de muito mais relevância na cobertura do caso. Ela expõe o ocorrido, humaniza Bruno e Dom, apresenta fontes da sociedade civil organizada, tem relatos de testemunhas, contesta falas oficiais, sem deixar de apresentá-las. Trabalha com uma cobertura massiva e torna o caso um problema da democracia e de direitos humanos, em diversas vezes, retorna a explicar ao público sobre o impacto das mortes.

Por outro lado, a TV Brasil age contrária a todos os mecanismos de sua criação. Não há polifonia de vozes, pluralidade de cobertura, isonomia, espaço ao contraditório, dialogismo e muito menos a amplificação para uma cobertura com diferentes representações, como deveria ser o caso. Desde 2017, no Governo Temer a EBC passa por um processo de despersonalização, com Jair Bolsonaro a censura fica em maior evidência. A Nova TV Brasil caracteriza-se como um canal governista, que deu ao caso a mesma (pouca) visibilidade que Bolsonaro conferiu em suas falas, ou seja, quase nenhuma. Essa questão é levantada para mostrar como os valores do presidente se reforçam quando sua própria TV potencializa o apagamento do caso, menospreza as vítimas e corrobora para o silenciamento de Bruno Pereira e Dom Phillips.

É importante ressaltar que o caso ainda reverbera na imprensa nacional e internacional, os desdobramentos giram todos em torno da ideia da proteção de pessoas que lutam para combater as agressões ao direito do outro e a proteção da democracia.

Uma luta árdua e muitas vezes sem rosto, que não pode ser apagada, mesmo que apenas na memória.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CIRNE, Livia; BELÉM, Vítor; SIQUEIRA, Fabiana; MESQUITA, Giovana. O ataque aos direitos humanos de jornalistas de TV e as estratégias de resistência. In: Emerim, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org.). **Teorias do telejornalismo como direito humano**. Florianópolis: Insular, 2021. p. 95-114.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e público: sobre a natureza do serviço e das parcerias. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (org.). **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 175-192.

EMERIM, Cárilda. **Telejornalismo e semiótica discursiva**. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (org.). *Telejornalismo em questão*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 93-119.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral da ONU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 20 out. 2025.

RADDATZ, Vera Lúcia Spacil; NASI, Lara. Jornalismo como campo mediador dos direitos humanos. **Comunicação & Sociedade**, Braga, v. 39, n. 2, p. 79-102, 2017. DOI: 10.17231/comsoc.39(2017).2574.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil 2020**. Brasília: FENAJ, 2021. Disponível em: <https://fenaj.org.br>. Acesso em: 20 out. 2025.

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. **Relatório anual sobre liberdade de imprensa em 2022**. Brasília: ABERT, 2022. Disponível em: <https://www.abert.org.br>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 abr. 2008.

Original recebido em: 13 de fevereiro de 2024

Aceito para publicação em: 14 de maio de 2025

Renatha Giordani

Jornalista. Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, PPGJOR/UFSC. Integrante dos grupos de pesquisa: Jornalismo, Cultura e Sociedade (PPGJOR/UFSC), Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP/UFGRS) e Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC).

E-mail: renathagiordani@gmail.com | Bolsista Capes 2023-2026.

Carlos Locatelli

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Pesquisador associado ao Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP/UFGRS) e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Email:

locatelli.jor@gmail.com



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional